

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

2 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Rui Pedro Oliveira Machado.

Habilitações literárias — 2001 — licenciatura em Economia e Finanças na Universidade Fernando Pessoa, com a média final de 14 valores.

Formação:

2006 — frequência de curso sobre regime de despesas públicas, realizado no Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, no período de 3 a 10 de Maio de 2006, com a duração total de vinte e uma horas;

2005 — frequência de formação profissional sobre auditoria nos serviços públicos, ministrado pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, no período de 7 a 10 de Novembro de 2005, com a duração total de vinte e quatro horas;

2004 — frequência de curso sobre contabilidade pública — gestão e controlo orçamental, que decorreu no período de 25 de Novembro a 13 de Dezembro de 2004, com a duração de quarenta e quatro horas, ministrado pelo CENFOP — Centro de Estudos e de Formação Profissional;

2004 — frequência do curso «Execução e coordenação de projectos de inventariação», ministrado pela GEDI (Gabinete de Estudos e Divulgação Informática, S. A.), no período de 26 a 29 de Outubro de 2004, com aproveitamento, num total de vinte e seis horas;

2003 — frequência do curso «Gefrota code reporter», ministrado pela Sight Portuguesa — Consultores de Gestão, S. A. A formação realizou-se nos dias 12 a 14 de Novembro de 2003, com a duração de vinte e uma horas.

Experiência profissional — em 5 de Março de 2003 nomeado técnico superior de 2.ª classe do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, desempenhando funções na Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial.

Principais tarefas profissionais desempenhadas:

Preparação, elaboração e execução do orçamento de funcionamento do SNBPC;

Preparação, elaboração e execução do orçamento PIDDAC do SNBPC;

Controlo e análise da execução orçamental do orçamento da receita e despesa do SNBPC;

Apoio às secções da Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial (economato, património e contabilidade);

Organização, verificação, tramitação e contabilização do processo de calamidade pública — Fundo de Solidariedade da União Europeia do ano de 2003;

Organização e contabilização do processo de despesas extraordinárias com fogos florestais, bem como outras acções financiadas pelo SNBPC;

Membro da comissão de acompanhamento para aquisição de equipamento de protecção individual para os corpos de bombeiros para os anos de 2006 e 2007.

Despacho n.º 15 632/2007

Com a publicação da Portaria n.º 333/2007, de 30 de Março, foi fixado em 15 o número de unidades flexíveis da Autoridade Nacional de Protecção Civil, tendo, por meu despacho de 2 de Abril de 2007, sido criadas as unidades e definidas as respectivas competências, urgindo nomear os respectivos dirigentes por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, em regime de substituição, para desempenhar as funções de chefe de núcleo de Gestão Financeira a licenciada Lucília Maria da Silveira Francisco Alarcão Potier.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

2 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

ANEXO

Síntese curricular

Nome — Lucília Maria da Silveira Francisco Alarcão Potier.

Data de nascimento — 5 de Dezembro de 1968.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, em 1995;

Bacharelato em Gestão Seguradora, pelo Instituto Superior Politécnico Internacional, em 1992;

Bacharelato em Gestão Bancária, pelo Instituto Superior Politécnico Internacional, em 1991.

Experiência profissional:

Chefe de divisão de Gestão e Financeira e Patrimonial do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil — de Julho de 2004 a Março de 2007;

Técnica superior de 1.ª classe da Divisão de Património do Departamento de Gestão Financeira e Património da Câmara Municipal de Oeiras — de 2001 a Junho de 2004;

Técnica superior de 2.ª classe da Divisão de Administração Geral da Câmara Municipal de Oeiras — de 1998 a 2000.

Formação profissional — regime jurídico de despesas públicas na aquisição de bens e serviços, orçamento como instrumento de gestão de serviços públicos, concepção e gestão de projectos, POCAL, inventariação e gestão na Administração Pública, o papel da liderança na gestão pública, planeamento estratégico e gestão por objectivos, SIA-DAP, sistemas de suporte à tomada de decisão, gestão documental, factura electrónica na Administração Pública.

Despacho n.º 15 633/2007

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, foi criada a Autoridade Nacional de Protecção Civil, revogando, assim, o Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, com excepção do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º, nos n.ºs 5 e 6 do artigo 29.º e nos artigos 42.º, 43.º e 49.º-A, urgindo nomear os respectivos 2.ºs comandantes operacionais distritais de operações de socorro, por forma que não se verifiquem quaisquer paralisações ao normal e desejável funcionamento dos serviços.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º e da alínea a) do artigo 49.º-A do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e sob proposta do comandante operacional nacional, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, para desempenhar as funções de 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança Guilherme João Mamede.

O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

24 de Abril de 2007. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

Síntese curricular

Nome — Guilherme João Mamede.

Data de nascimento — 1 de Setembro de 1955.

Naturalidade — Mogadouro.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias — frequência do 1.º ano de Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

Profissão — chefe de secção na Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação do município de Freixo de Espada à Cinta.

Nomeado, em regime de comissão de serviço, para 2.º comandante operacional distrital do Comando Distrital de Operações de Socorro de Bragança em 15 de Março de 2006.

Actividades desenvolvidas no Corpo de Bombeiros de Freixo de Espada à Cinta:

Em 6 de Maio de 1978, ingressa no Corpo de Bombeiros de Freixo de Espada à Cinta como aspirante;

Em 2 de Janeiro de 1979, é promovido à categoria de bombeiro de 3.ª classe;

Em 24 de Julho de 1989, é nomeado 2.º comandante do Corpo de Bombeiros de Freixo de Espada à Cinta;

Em 8 de Maio de 2003, é nomeado comandante do mesmo Corpo de Bombeiros.

Formação — frequência de diversos cursos e acções de formação das quais se destacam:

Com início em 4 de Janeiro de 1992 e com uma duração de sessenta horas, frequente, na Escola Nacional de Bombeiros, o curso básico para comandos;

Em 1992, tira o curso de nadador-salvador ministrado pelo Instituto de Socorros a Náufragos;

Com início em 22 de Maio de 1995 e com uma duração de oitenta horas, frequente, na Escola Nacional de Bombeiros, o curso de segurança contra incêndios;

De 5 a 17 de Maio de 2003, frequentou com aproveitamento o curso de tripulante de ambulâncias de transporte, ministrado pela Escola Nacional de Bombeiros;

De Janeiro 2003 a Março de 2004, frequentou com o aproveitamento de *Bom*, na Universidade Moderna, o curso de especialização em Gestão de Protecção Civil;

No dia 31 de Maio de 2004, participa no seminário «Segurança contra risco de incêndio em edifícios»;

De 10 a 13 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de técnicas de apoio à decisão de estado-maior;

De 26 a 28 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de organização de postos de comando;

De 27 a 31 de Abril de 2006, conclui com aproveitamento, na ENB, o módulo de aplicação de conceitos táticos;

De 14 a 17 de Novembro de 2006, frequenta o curso de avaliação de planos de fogo controlado, promovido pela UTAD de Vila Real e DGR.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Escola Prática de Polícia

Despacho n.º 15 634/2007

1 — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Julho, e no uso da faculdade que me foi conferida pelo despacho n.º 12 276/2007, do director nacional da PSP, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 20 de Junho de 2007, subdelego no intendente Luís Filipe Cardoso de Sousa Simões, 2.º comandante da Escola Prática de Polícia, a competência para a prática dos seguintes actos:

1.1 — Autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 4987,98, com a consulta prévia a, pelo menos, duas entidades, sempre que o valor o justifique.

2 — Ratifico, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo referido oficial no âmbito das competências previstas no presente despacho até à data da sua publicação.

21 de Junho de 2007. — O Director, *Levy da Silva Correia*.

Governo Civil do Distrito de Viseu

Despacho n.º 15 635/2007

1 — Ao abrigo do artigo 15.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 213/2001, de 2 de Agosto, com competências delegadas pelo despacho n.º 21/MEAI/2005, do Ministério da Administração Interna, nomeio para secretária do meu Gabinete de Apoio Pessoal a licenciada em Matemática Mónica Patrícia Pinto da Costa, nos termos do n.º 4.º da Portaria n.º 948/2001, de 3 de Agosto.

2 — A nomeada fica autorizada a exercer as actividades a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir da data do mesmo.

11 de Maio de 2007. — O Governador Civil, *Acácio Santos da Fonseca Pinto*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 13 005/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Junho de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria dos Santos Delgado, natural de São Pedro Apóstolo, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 17 de Novembro de 1967, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o dis-

posto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 006/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Masumina Drame, natural de Bafatá, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Outubro de 1965, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 007/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 2 de Agosto de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Mancama Camará, natural de Olossato, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 15 de Fevereiro de 1962, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 008/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuela dos Reis Fernandes, natural de Nossa Senhora da Luz, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 5 de Maio de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 13 009/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a José Eduardo Carvalho Cunha, natural de Baixa da Banheira, República Portuguesa, de nacionalidade guineense, nascido em 6 de Janeiro de 1985, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

26 de Junho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 15 636/2007

Por despacho do subdirector-geral de 18 de Junho de 2007, foi a Lília Maria Costa Frias Pinto, escriturária auxiliar, em comissão de serviço, no Tribunal de Comércio de Lisboa, convertida em definitiva esta nomeação, com efeitos desde 27 de Maio de 2007.

18 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços, *Helena de Almeida Esteves*.